



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA

---

ANO LXV - Nº 013 - QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

**Presidente**

*Senador* **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

**1º Vice-Presidente**

*Deputado* **MARCO MAIA** – PT-RS

**2º Vice-Presidente**

*Senadora* **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

**1º Secretário**

*Deputado* **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

**2º Secretário**

*Senador* **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

**3º Secretário**

*Deputado* **ODAIR CUNHA** – PT-MG

**4º Secretário**

*Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
<b>1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS</b>	
Nºs 283 a 349, de 2010 .....	01556
<b>1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
Nºs 19 e 20, de 2010 .....	01573
<b>2 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE JUNHO DE 2010</b>	
<b>2.1 – ABERTURA</b>	
<b>2.2 – EXPEDIENTE</b>	
<b>2.2.1 – Mensagens do Presidente da República</b>	
Nº 59, de 2010 – CN (nº 324, de 2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 22, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$14.720.000,00 (quatorze milhões, setecentos e vinte mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de Calendário para tramitação da matéria. ....	01584
Nº 60, de 2010 – CN (nº 325, de 2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 23, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$85.843.457,00 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Estabelecimento de Calendário para tramitação da matéria. ....	01584
<b>2.2.2 – Discursos (Breves Comunicações)</b>	
DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Preocupação com a paralisação das obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, principalmente a Usina de Jirau. Otimismo com o futuro do Brasil e de Rondônia.....	01634
<b>2.2.3 – Questões de Ordem</b>	
Suscitada pelo Deputado João Almeida, com base no art. 31 do Regimento Comum, e acolhida pelo Sr. Presidente (Deputado Marco Maia). ....	01635
Suscitada pelo Deputado Guilherme Campos, com fulcro no art. 29, § 2º, do Regimento Comum, que será oportunamente respondida pelo Sr. Presidente (Deputado Marco Maia).....	01635
<b>2.2.4 – Discursos (Breves Comunicações – continuação)</b>	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG – Agradecimento ao PSB, PMDB, PCdoB e PDT, pela indicação do nome de S. Exª à candidatura ao Senado Federal. ....	01636
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Registro do lançamento da candidatura de José Serra à Presidência da República, no último dia 12, em Salvador – BA, e de Beto Richa, ao Governo do Paraná, no último dia 19, em Curitiba – PR.....	01637
<b>2.2.5 – Resposta à Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Guilherme Campos</b>	
<b>2.3 – ENCERRAMENTO</b>	
<b>3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES</b>	
Ata da 10ª Sessão Conjunta, em 27 de maio de 2010 e publicada no Diário do Congresso Nacional Nº 11, do dia subsequente. ....	01639
<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>4 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>6 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
<b>7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 283, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Lamarão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindobaçu, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Lamarão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindobaçu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 284, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Harmonia FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpercata, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 577, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Harmonia FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpercata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 285, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Serra do Ramalho – ACCMSR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Ramalho, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 140, de 1º de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Serra do Ramalho – ACCMSR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Ramalho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 286, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 623, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 287, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Livre Ibirataia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirataia, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 443, de 9 de agosto de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Livre Ibirataia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirataia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 288, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crato, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 289, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Radialistas de Sarzedo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarzedo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 146, de 2 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação dos Radialistas de Sarzedo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarzedo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 290, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 506, de 13 de setembro de 2007, que outorga autorização à Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 291, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.139, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 292, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São João da Ponte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 662, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São João da Ponte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 293, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Radiodifusão Litoral Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 304, de 21 de junho de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de dezembro de 2004, a permissão outorgada à Radiodifusão Litoral Sul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 294, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Diamantina Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 687, de 6 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à Diamantina Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 295, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Cerro Negro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Negro, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.152, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Cerro Negro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Negro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 296, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Independência para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Independência, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 976, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Nova Independência para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Independência, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 297, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico – ASCUART para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luiziana, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 669, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural de Desenvolvimento Artístico – ASCUART para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luiziana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 298, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ibiçaense – ACIBI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiça, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 674, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Ibiçaense – ACIBI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiça, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 299, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 300, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Sol da América Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 357, de 12 de julho de 2006, que outorga permissão à Sociedade Rádio Sol da América Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 301, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Ternura de Perus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 843, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Ternura de Perus para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 302, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Tiradentes FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 844, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Tiradentes FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 303, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Expeditense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Expedito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 943, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Expeditense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Expedito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 304, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Terezópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 985, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jardim Terezópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 305, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Pedra Branca – ABCD PEDRA BRANCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 572, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Pedra Branca – ABCD PEDRA BRANCA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 306, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Alegria de Anita Garibaldi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anita Garibaldi, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 573, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Alegria de Anita Garibaldi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anita Garibaldi, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 307, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 308, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Frei Modesto de Timbé do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 610, de 6 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Frei Modesto de Timbé do Sul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 309, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga concessão à S.M. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão à S.M. Comunicações Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 310, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itaóca Praia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 779, de 20 de novembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Itaóca Praia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 311, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Pouso-novense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Novo, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Pouso-novense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Novo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 312, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Cidade FM dos Amigos de Alto Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 648, de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Cidade FM dos Amigos de Alto Paraíso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 313, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breu Branco, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 313, de 11 junho de 2008, que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breu Branco, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 314, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Chapada para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 667, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Chapada para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 315, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Nova Estrela de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 836, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Nova Estrela de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 316, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança – ASDEGAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança – ASDEGAB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bragança, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 317, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Josefa de Medeiros Lira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Josefa de Medeiros Lira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 318, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiana, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 327, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Fundação Educacional Canaã do Brasil para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiana, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 319, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 320, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 74, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 321, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de agosto de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 322, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Fundação Educacional Canaã do Brasil para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 323, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Aquidauana Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacaulândia, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 323, de 5 de julho de 2005, que outorga permissão à Aquidauana Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacaulândia, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 324, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Proeves Promoções em Eventos Sociais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.208, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à PROEVES Promoções em Eventos Sociais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 325, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Itapebi FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapebi, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 620, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Itapebi FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapebi, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 326, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Gurupá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amontada, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 158, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio FM Gurupá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amontada, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 327, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 317, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 328, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Eunápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 157, de 4 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Eunápolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 329, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Platinense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 887, de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Platinense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 330, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade dos Amigos de Ocara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocara, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 602, de 18 de setembro de 2008, que outorga autorização à Sociedade dos Amigos de Ocara para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocara, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 331, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Altônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altônia, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 675, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Altônia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altônia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 332, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmital, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de outubro de 1998, a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 333, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Cincão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 681, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Cincão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 334, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Onda Aratibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 672, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Onda Aratibense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 335, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Lindóia – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 761, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Lindóia – SP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 336, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Francisco João Júlio Hall para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ita, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Francisco João Júlio Hall para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ita, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 337, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Agrovila Riacho do Mel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 770, de 20 de novembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores da Agrovila Riacho do Mel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capoeiras, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO****Nº 338, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária do Imirim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 841, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária do Imirim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 339, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO Comunitária Cultural e Desenvolvimento Social de Nova Alvorada – ACODESNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.071, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Desenvolvimento Social de Nova Alvorada – ACODESNA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 340, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à FUNDALIVRE – Fundação Comunitária Antena Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.153, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à FUNDALIVRE – Fundação Comunitária Antena Livre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 341, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Nova Brasília de Comunicações para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbituba – Vila Mirim, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 748, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Nova Brasília de Comunicações para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbituba – Vila Mirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 342, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Buritis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 199, de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Buritis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 343, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chaves, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 315, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chaves, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 344, DE 2010**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 13 de julho de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 2000, a permissão outorgada à Rádio Três Colinas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 345, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Everest para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 831, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Everest para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 346, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Gentilense – ASCARGE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gentil, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.180, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Gentilense – ASCARGE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gentil, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 347, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Boa Vista do Incra – ICBVI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Incra, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Boa Vista do Incra – ICBVI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Incra, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 348, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Oiapoque – ASCOQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oiapoque, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Oiapoque – ASCOQUE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oiapoque, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 349, DE 2010**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Sooretama/ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 512, de 8 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Sooretama/ES para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA  
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2010**

**ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 481, de 10 de fevereiro de 2010, que “Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, 16 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA  
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2010**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 487, de 23 de abril de 2010, que “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica

ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contração de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 16 de junho de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

# Ata da 12ª Sessão Conjunta, em 23 de junho de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Marco Maia

(Inicia-se a Sessão às 12 horas e 34 minutos e encerra-se às 13 horas e 3 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

105ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/6/2010 07:31:47 até 23/6/2010 21:28:21

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICÝ	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
DEM	MT	JORGE YANAI	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

**Compareceram: 64 Senadores**

**É O SEGUINTE O REGISTRO DE COMPARECIMENTO DAS SRAS. E DOS SRS.  
DEPUTADOS:**

**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

**Data:** 29/06/2010  
**Hora:** 18:28

**53ª LEGISLATURA**

**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**SESSÃO CONJUNTA Nº 012 - 23/06/2010**

**Início :** 23/06/2010 12:34

**Fim :** 23/06/2010 13:04

**Total de Presentes :** 375

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>RORAIMA</b>		
001 - Angela Portela	PT	
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPtc
004 - Luciano Castro	PR	
006 - Marcio Junqueira	DEM	
005 - Maria Helena	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
007 - Neudo Campos	PP	
008 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 7		
<b>AMAPÁ</b>		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
012 - Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPtc
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	
Presentes Amapá: 8		
<b>PARÁ</b>		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPtc
019 - Beto Faro	PT	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPtc
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
030 - Paulo Rocha	PT	
035 - Vic Pires Franco	DEM	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 12		
<b>AMAZONAS</b>		
038 - Átila Lins	PMDB	PmdbPtc
041 - Francisco Praciano	PT	
580 - Lupércio Ramos	PMDB	PmdbPtc
036 - Marcelo Serafim	PSB	PsbPCdoBPmnPrb



	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>AMAZONAS</b>		
042 - Rebecca Garcia	PP	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Amazonas: 6		
<b>RONDONIA</b>		
047 - Anselmo de Jesus	PT	
048 - Eduardo Valverde	PT	
044 - Ernandes Amorim	PTB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
Presentes Rondonia: 6		
<b>ACRE</b>		
053 - Fernando Melo	PT	
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPtc
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	
058 - Ilderlei Cordeiro	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 7		
<b>TOCANTINS</b>		
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
064 - Moises Avelino	PMDB	PmdbPtc
066 - Nilmar Ruiz	PR	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPtc
Presentes Tocantins: 5		
<b>MARANHÃO</b>		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
071 - Davi Alves Silva Júnior	PR	
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
075 - Gastão Vieira	PMDB	PmdbPtc
078 - Nice Lobão	DEM	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc
083 - Roberto Rocha	PSDB	
084 - Waldir Maranhão	PP	
Presentes Maranhão: 11		
<b>CEARÁ</b>		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
089 - Ciro Gomes	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
093 - Eugênio Rabelo	PP	

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>CEARÁ</b>		
095 - Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPtc
094 - Flávio Bezerra	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Ailton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc
106 - Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc
Presentes Ceará: 20		
<b>PIAUÍ</b>		
113 - Antonio José Medeiros	PT	
109 - Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
566 - José Maia Filho	DEM	
114 - Júlio Cesar	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PTB	
599 - Themístocles Sampaio	PMDB	PmdbPtc
Presentes Piauí: 9		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPtc
126 - Rogério Marinho	PSDB	
Presentes Rio Grande do Norte: 3		
<b>PARAÍBA</b>		
133 - Luiz Couto	PT	
550 - Major Fábio	DEM	
130 - Manoel Junior	PMDB	PmdbPtc
131 - Marcondes Gadelha	PSC	
136 - Wellington Roberto	PR	
Presentes Paraíba: 5		
<b>PERNAMBUCO</b>		
142 - André de Paula	DEM	
587 - Charles Lucena	PTB	
141 - Fernando Ferro	PT	
159 - Roberto Magalhães	DEM	
Presentes Pernambuco: 4		
<b>ALAGOAS</b>		
567 - Antonio Carlos Chamariz	PTB	
531 - Augusto Farias	PTB	

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>ALAGOAS</b>		
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PSC	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
168 - Mauricio Quintella Lessa	PR	
Presentes Alagoas: 6		
<b>SERGIPE</b>		
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
Presentes Sergipe: 2		
<b>BAHIA</b>		
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc
191 - Félix Mendonça	DEM	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
182 - Luiz Bassuma	PV	
554 - Márcio Marinho	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
208 - Mauricio Trindade	PR	
523 - Uldurico Pinto	PHS	
219 - Veloso	PMDB	PmdbPtc
Presentes Bahia: 11		
<b>MINAS GERAIS</b>		
220 - Ademir Camilo	PDT	
224 - Aelton Freitas	PR	
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPtc
235 - Ciro Pedrosa	PV	
231 - Edmar Moreira	PR	
237 - Elismar Prado	PT	
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
234 - Gilmar Machado	PT	
242 - Humberto Souto	PPS	
240 - Jaime Martins	PR	
518 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPtc
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>MINAS GERAIS</b>		
577 - Marcos Lima	PMDB	PmdbPtc
257 - Marcos Montes	DEM	
259 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPtc
260 - Mário de Oliveira	PSC	
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPtc
261 - Miguel Corrêa	PT	
262 - Miguel Martini	PHS	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair Cunha	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
598 - Paulo Delgado	PT	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc
590 - Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc
264 - Virgílio Guimarães	PT	
270 - Vitor Penido	DEM	
Presentes Minas Gerais: 45		
<b>ESPIRITO SANTO</b>		
274 - Camilo Cola	PMDB	PmdbPtc
576 - Capitão Assunção	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - Jurandy Loureiro	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc
278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
275 - Manato	PDT	
279 - Rita Camata	PSDB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	PmdbPtc
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc
283 - Andreia Zito	PSDB	
286 - Arnaldo Vianna	PDT	
288 - Arolde de Oliveira	DEM	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	PmdbPtc
287 - Brizola Neto	PDT	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
289 - Chico D'Angelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	
544 - Dr. Paulo César	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
298 - Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPtc
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	
305 - Geraldo Pudim	PR	
306 - Hugo Leal	PSC	
307 - Índio da Costa	DEM	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Leandro Sampaio	PPS	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPtc
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Itagiba	PSDB	
314 - Marina Maggessi	PPS	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc
316 - Otávio Leite	PSDB	
319 - Pastor Manoel Ferreira	PR	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
320 - Rogerio Lisboa	DEM	
321 - Silvio Lopes	PSDB	
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPtc
325 - Sueli	PR	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 43		
<b>SÃO PAULO</b>		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
330 - Aline Corrêa	PP	
334 - Antônio Carlos Pannunzio	PSDB	
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
526 - Bispo Gê Tenuta	DEM	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
346 - Dîmas Ramalho	PPS	
345 - Dr. Nechar	PP	
347 - Dr. Talmir	PV	
348 - Dr. Ubiali	PSB	PsbPCdoBPmnPrb



	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>SÃO PAULO</b>		
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
355 - Francisco Rossi	PMDB	PmdbPtc
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudadem	DEM	
517 - Jorginho Maluly	DEM	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
377 - Marcelo Ortiz	PV	
380 - Michel Temer	PMDB	PmdbPtc
374 - Milton Monti	PR	
584 - Milton Vieira	DEM	
381 - Nelson Markezelli	PTB	
585 - Paes de Lira	PTC	PmdbPtc
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	
383 - Renato Amary	PSDB	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
568 - Roberto Alves	PTB	
386 - Roberto Santiago	PV	
388 - Silvio Torres	PSDB	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
394 - Walter Ithoshi	DEM	
395 - William Woo	PPS	
Presentes São Paulo: 56		
<b>MATO GROSSO</b>		
399 - Carlos Abicalil	PT	
402 - Homero Pereira	PR	
606 - Ricarte de Freitas	PTB	
404 - Valtenir Pereira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Mato Grosso: 4		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
408 - Alberto Fraga	DEM	
407 - Augusto Carvalho	PPS	

	Partido	Bloco
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PSC	
411 - Magela	PT	
412 - Rodovalho	PP	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 8		
<b>GOIÁS</b>		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
417 - Íris de Araújo	PMDB	PmdbPtc
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	PmdbPtc
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc
423 - Marcelo Melo	PMDB	PmdbPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Calado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
414 - Tatiko	PTB	
Presentes Goiás: 16		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPtc
595 - Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc
437 - Nelson Trad	PMDB	PmdbPtc
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPtc
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
<b>PARANÁ</b>		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
442 - Alceni Guerra	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
457 - Cassio Taniguchi	DEM	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacobbo	PR	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	

	Partido	Bloco
<b>PARANÁ</b>		
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPtc
454 - Luiz Carlos Haulý	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
538 - Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPtc
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPtc
458 - Nelson Meurer	PP	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc
467 - Reinhold Stephanes	PMDB	PmdbPtc
465 - Ricardo Barros	PP	
468 - Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPtc
469 - Takayama	PSC	
591 - Wilson Picler	PDT	
Presentes Paraná: 28		
<b>SANTA CATARINA</b>		
471 - Angela Amin	PP	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
474 - João Pizzolatti	PP	
574 - Jorge Boeira	PT	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPtc
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 12		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
487 - Afonso Hamm	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
520 - Cláudio Diaz	PSDB	
491 - Darcisio Perondi	PMDB	PmdbPtc
583 - Emilia Fernandes	PT	
493 - Enio Bacci	PDT	
571 - Fernando Marroni	PT	
489 - Germano Bonow	DEM	
498 - Henrique Fontana	PT	
492 - Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	PmdbPtc
513 - Paulo Pimenta	PT	
503 - Pepe Vargas	PT	
505 - Pompeo de Mattos	PDT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 23		

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – As listas de presença registram na Casa o comparecimento de 270 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados e 47 Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Leitura do expediente (art. 30 do Regimento Comum).

A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República as Mensagens nºs 59, de 2010 (nº 324, de 2010, na origem) e 60, de 2010 (nº 325, de 2010, na origem), encaminhando, respectivamente, os seguintes Projetos de Leis do Congresso Nacional: Projeto de Lei nº 22, de 2010, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$14.720.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente; e Projeto de Lei nº 23, de 2010, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Federal,

Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 85.843.457,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Os Projetos de Lei nºs 22 e 23, de 2010, do Congresso Nacional, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação dos projetos: leitura: 23 de junho; até 28 de junho, prazo para publicação e distribuição de avulsos; até 6 de julho, prazo para apresentação de emendas; até 11 de julho, prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e até 8 de agosto, prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamentos do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em avulso do *Diário do Congresso Nacional* de 24 de junho corrente.

São os seguintes os projetos:

## **PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2010-CN MENSAGEM Nº 59, DE 2010-CN (nº 324/2010, na origem)**

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.720.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.720.000,00 (quatorze milhões, setecentos e vinte mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**







ORGÃO : 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

## ANEXO II

## CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F D	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
0101 QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL								1.000.000
		ATIVIDADES						
11 333	0101 4725	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENCAO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEQS)						1.000.000
11 333	0101 4725 0035	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENCAO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEQS) - NO ESTADO DE SAO PAULO						1.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.000.000
TOTAL - GERAL								1.000.000

ORGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

ANEXO II

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D O	U N I D A D E	F I C H E	VALOR
1133 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO								100.000
		ATIVIDADES						
88 244	1133 4963	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA						100.000
OR 244	1133 4963 0152	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) - RIO BRANCO-AC	S	4	2	50	0,153	100.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								100.000
TOTAL - GERAL								100.000

ORÇAO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P E C I F I C O	G R U P O	M O D O	I T E M	F U N D A M E N T A L	VALOR
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA								9.100.000
08 244	1384 2A61	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						2.300.060
08 244	1384 2A61 0011	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						81.274
		NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0 151	81.274
08 244	1384 2A61 0012	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						30.146
		NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0 151	30.146
08 244	1384 2A61 0013	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						83.382
		NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0 151	83.382
08 244	1384 2A61 0014	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						20.443
		NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0 151	20.443
08 244	1384 2A61 0015	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						441.037
		NO ESTADO DO PÁRA	S	3	2	40	0 151	441.037
08 244	1384 2A61 0016	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						23.899
		NO ESTADO DO AMAPÁ	S	3	2	40	0 151	23.899
08 244	1384 2A61 0017	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						83.529
		NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0 151	83.529
08 244	1384 2A61 0021	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						361.276
		NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	2	40	0 151	361.276
08 244	1384 2A61 0022	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						319.324
		NO ESTADO DO PIAUÍ	S	3	2	40	0 151	319.324
08 244	1384 2A61 0023	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						432.493
		NO ESTADO DO CEARÁ	S	3	2	40	0 151	432.493
08 244	1384 2A61 0024	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						291.219
		NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0 151	291.219
08 244	1384 2A61 0025	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						218.335
		NO ESTADO DA PARAÍBA	S	3	2	40	0 151	218.335
08 244	1384 2A61 0026	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						290.313
		NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0 151	290.313
08 244	1384 2A61 0027	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						141.992
		NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0 151	141.992
08 244	1384 2A61 0028	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						132.611
		NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0 151	132.611
08 244	1384 2A61 0029	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						422.552
		NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0 151	422.552
08 244	1384 2A61 0031	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						2.059.519
		NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0 151	2.059.519
08 244	1384 2A61 0032	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						155.649
		NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	2	40	0 151	155.649
08 244	1384 2A61 0033	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						238.871
		NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0 151	238.871
08 244	1384 2A61 0035	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						662.234
		NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	2	40	0 151	662.234
08 244	1384 2A61 0041	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						512.787
		NO ESTADO DO PARANÁ	S	3	2	40	0 151	512.787
08 244	1384 2A61 0042	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA -						261.557
		NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0 151	261.557

08 244	1384 2A61 0043	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	151	261.557 484.081
08 244	1384 2A61 0051	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	151	484.081 188.129
08 244	1384 2A61 0052	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO ESTADO DE GOIÁS	S	3	2	40	0	151	188.129 246.532
08 244	1384 2A61 0053	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	40	0	151	246.532 1.000
08 244	1384 2A61 0054	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	30	0	151	1.000 115.816
			S	3	2	40	0	151	115.816
08 244	1384 2B30	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							800.000
08 244	1384 2B30 0011	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - NO ESTADO DE RONDÔNIA	S	3	2	99	0	151	300.000 500.000
08 244	1384 2B30 0056	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - VARGEM GRANDE PAULISTA - SP	S	3	2	40	0	151	300.000 200.000
			S	4	2	40	0	151	200.000
<b>1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>									<b>100.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
08 244	1385 2B31	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							100.000
08 244	1385 2B31 0056	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - INSTITUTO OSWALDO RIBEIRO MENDONÇA - GUAIARA - SP	S	4	2	40	0	151	100.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>9.200.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>9.200.000</b>

EM nº 00129/2010/MP

Brasília, 2 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 14.720.000,00 (quatorze milhões, setecentos e vinte mil reais), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério do Trabalho e Emprego	5.420.000	5.420.000
Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta)	120.000	4.420.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador	5.300.000	1.000.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.300.000	9.300.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	100.000	100.000
Fundo Nacional de Assistência Social	9.200.000	9.200.000
<b>Total</b>	<b>14.720.000</b>	<b>14.720.000</b>

3. A suplementação em favor do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitará o pagamento de despesas referentes à execução do Projeto Casa do Trabalhador e ao suporte à implementação de políticas na área do trabalho, bem como o apoio à implantação da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, no âmbito do Programa Qualificação Social e Profissional, por solicitação parlamentar.

4. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito viabilizará, em atendimento a pleitos parlamentares, a promoção da inclusão produtiva e a estruturação das redes de serviços de proteção social básica, em diversas localidades. Além disso, atenderá despesas com manutenção dos serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

5. Cabe informar que os parlamentares Acir Gurgacz, Aloizio Mercadante, Flaviano Melo, Luiza Erundina de Sousa e Guilherme Campos encaminharam solicitações para ajustes em emendas.

6. O pleito será viabilizado mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, com recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Vale ressaltar que, de acordo com os Ministérios envolvidos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, inclusive no que se refere ao cancelamento de emendas por solicitação dos parlamentares.

8. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação ou da dotação suplementadas, e o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito suplementar.

Respeitosamente,

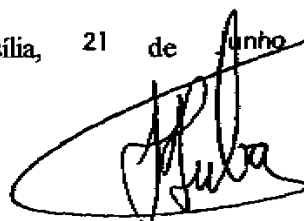
*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

Mensagem nº 324

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.720.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de Junho de 2010.





PLN 22/2010

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

---

### **LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

---

**DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

c) “6 - Amortização da Dívida”; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

.....

*(Á Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)*





FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F O R C O	G R U P O	P R O D U T O	V A L O R
0570		GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	3.787.928			
		PROJETOS				
02 122	0570 7E46	CONSTRUCAO DE ANEXO AO ESIIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL				3.787.928
02 122	0570 7E46 0053	CONSTRUCAO DE ANEXO AO ESIIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				3.787.928
			1	4	2	90
			0	100		3.787.928
		TOTAL - FISCAL	3.787.928			
		TOTAL - SEGURIDADE	0			
		TOTAL - GERAL	3.787.928			

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E					F	VALOR
			G	N	R	M	O		
			S	P	D	D	U	T	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.206.000
		PROJETOS							
01 122	0570 1270	AQUISICAO DE IMOVEL PARA ANEXO III DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS							2.586.000
02 122	0570 1270 0101	AQUISICAO DE IMOVEL PARA ANEXO III DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG							1.806.000
			F	S	Z	90	0	100	1.806.000
TOTAL - FISCAL									1.806.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.806.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	F I C E	VALOR
050 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								1.176.000
		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						1.176.400
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	1.170.400
			F	4	2	90	0 100	570.800
								599.600
TOTAL - FISCAL								1.176.400
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.170.400

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE: 14014 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00				
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E R P F	M O D	F I T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							150.000
PROJETOS							
02.122	0570.5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS					150.000
02.122	0570.5439.1071	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE REALEZA - PR					150.000
			F	4	2	90	0 100
TOTAL - FISCAL							150.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							150.000

ORGÃO : 14000-JUSTICA ELEITORAL  
UNIDADE: 14117-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	L	FT	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								438.000
		PROJETOS						
02.023	0570.7217	ADQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS						438.000
02.122	0570.7217.1419	ADQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE RIO FORMOSO - PE						438.000
			F	5	2	90	0	438.000
TOTAL - FISCAL								438.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								438.000

ORGAO : 14009 - JUSTICA ELEITORAL  
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D	L I M I T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							1.544.421
		ATIVIDADES					
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA					1.544.421
02 122	0570 2272 9001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	1.544.421
			F	4	2	90	700.416
						100	844.005
TOTAL - FISCAL							1.544.421
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							1.544.421

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

<b>ANEXO I</b>	<b>CREDITO SUPLEMENTAR</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)</b>	<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00</b>

FN/C	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S M F D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0576 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								755.760
		ATIVIDADES						
02 123	0576 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						155.760
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL						755.760
			F	3	2	2	90	100
			F	4	2	2	90	100
TOTAL - FISCAL								755.760
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								755.760

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O	I U	F T E	VALOR
9570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									380.000
		ATIVIDADES							
02 121	9570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							380.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	380.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000





ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R F D	M D D	I D D	F U T E	VALOR
0580 - DESPESA JURIDICA DA UNIAO								27.730.000
ATIVIDADES								
03 122	0580 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						22.730.000
03 122	0580 2272 9001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	22.730.000
03 092	0580 2674	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO						5.000.000
03 092	0580 2674 0001	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	5.000.000
TOTAL - FISCAL								27.730.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								27.730.000



ORGÃO : 12008 - JUSTICA FEDERAL  
UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

## ANEXO II

## CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S M P F	G R P O	M O D	I N T	F U T	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL								1.000.000
02 122	0569 11S2	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL EM BRASILIA - DF						1.000.000
02 122	0569 11S2 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL EM BRASILIA - DF - EM BRASILIA - DF						1.000.000
TOTAL - FISCAL								1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.000.000

ORGÃO : 24000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## ANEXO II

## CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG S F	GR N F	MO D O	U T E	VALOR
0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							10.817.457
		ATIVIDADES					
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA					10.817.457
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90 0 100	10.817.457
TOTAL - FISCAL							10.817.457
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							10.817.457



ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
UNIDADE: 14317 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**ANEXO II**

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I M U	F I T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								430.000
		ATIVIDADES						
02 112	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						430.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	430.000
TOTAL - FISCAL								430.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								430.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
UNIDADE : 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª. REGIÃO - C/ABA

## ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

### PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									70.000
		ATIVIDADES							
02 061	0570 0134	MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO							70.000
02 061	0570 0134 0056	MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO - NO MUNICIPIO DE CRATO - CE							70.000
			F	3	2	90	0	100	70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

## ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S M F	C R P D	M O D	I U E	V L O R
0580	DEFESA JURIDICA DA UNIAO						27.790.600





FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACOASUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R N D	R P F	M O D	F U	F T E	VALOR
0501 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									21.300.000
		PROFISOS							
03 122	0501 1142	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAMPO MOURAO - PR							150.000
03 122	0501 1142 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAMPO MOURAO - PR - NO MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO - PR	F	4	2	90	0	100	150.000
		ATIVIDADES							
03 125	0501 2508	FISCALIZACAO E CONTROLE DA APLICACAO DA LEI							3.130.000
03 125	0501 2508 0001	FISCALIZACAO E CONTROLE DA APLICACAO DA LEI - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	3.130.000
		PROJETOS							
03 122	0501 3752	IMPLANTACAO DE PROCURADORIAS JUNTO AS VARAS FEDERAIS							19.020.000
03 122	0501 3752 0001	IMPLANTACAO DE PROCURADORIAS JUNTO AS VARAS FEDERAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	9.387.000
			F	4	2	90	0	100	8.433.000
			F	5	2	90	0	100	1.200.000
TOTAL - FISCAL									22.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.300.000

EM nº 00138/2010/MP

Brasília, 11 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, no valor global de R\$ 85.843.457,00 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), conforme a seguir discriminado:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Poder Judiciário	20.673.457	14.173.457
Justiça Federal	1.000.000	1.000.000
Justiça Eleitoral	13.103.457	13.103.457
Justiça do Trabalho	6.570.000	70.000
Poder Executivo	42.870.000	28.030.000
Presidência da República	42.870.000	28.030.000
Presidência da República (Administração direta)	14.840.000	
Advocacia-Geral da União	27.730.000	27.730.000
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	300.000	300.000
Ministério Público da União	22.300.000	22.300.000
Ministério Público Federal	22.300.000	22.300.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, referente a Recursos Ordinários		21.340.000
<b>Total</b>	<b>85.843.457</b>	<b>85.843.457</b>

2. A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, permitirá:

- à Justiça Federal, a transferência do Conselho da Justiça Federal, atualmente instalado nas dependências do Superior Tribunal de Justiça, para a nova sede recentemente construída, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário e diversas instalações;

- à Justiça Eleitoral, a realização das ações de reparo nas instalações do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; o atendimento de despesas relativas à

manutenção e à recuperação da cobertura do auditório do Edifício-Sede e à administração da obra do cartório eleitoral no Município de Tucano, no Estado da Bahia, no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; a realização de despesas com acabamento da obra de construção do Anexo ao Edifício-Sede, no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; a manutenção no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; a cobertura de despesas com tecnologia da informação, relativas à aquisição de equipamentos de informática e de segurança, sistemas e servidores, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso; a complementação de recursos para a aquisição de imóvel para a instalação do Anexo III, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; a conclusão do processo de desvinculação do espaço físico ocupado em conjunto com a Justiça Comum, envolvendo a locação de imóveis, reforma e adequação de instalações, manutenção administrativa e aquisição de mobiliário, no Tribunal Regional Eleitoral do Pará; a construção de cartório eleitoral no Município de Realeza, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; o reforço de dotação para a aquisição de imóvel para instalação de cartório eleitoral no Município de Rio Formoso, no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; a modernização do sistema de áudio do plenário e a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de geoprocessamento e de gerenciamento eletrônico de documentos, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; a reforma da cobertura do imóvel que abriga as urnas eletrônicas, a aquisição de veículos e outras ações de manutenção, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; a manutenção de estrutura e reforma de espaço físico, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe; e a finalização do projeto de adequação da rede de computadores, a contratação de serviços de tecnologia da informação e de corpo técnico em engenharia, o cumprimento da meta de um veículo por Zona Eleitoral e a conclusão da reforma do Edifício-Sede, no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins;

- à Justiça do Trabalho, a execução de despesas de manutenção para viabilizar a prestação jurisdicional à população de Municípios do interior do Estado do Ceará, devendo ser atendidos, inicialmente, os Municípios de Tauá, Acaraú, Aurora, Brejo Santo, Camocim, Campo Sales, Canindé, Eusébio, Itapipoca, Lavras da Mangabeiras e Redenção, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará; a continuidade da construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa, no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba; e a finalização da obra de construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul, em Campo Grande;

- à Presidência da República, a conclusão do projeto de restauração e modernização do Palácio do Planalto, incluindo novos serviços não previstos no projeto original, bem como ajustes e acréscimos quantitativos de outros já previstos, na Administração direta; o atendimento a gastos com a manutenção da sede e das unidades regionais, inclusive de quarenta recém-implantadas, e com o crescimento das ações necessárias à defesa dos interesses da União, no âmbito da Advocacia-Geral da União; e o apoio a projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e a ações de promoção dos direitos humanos no Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, a cargo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e

- ao Ministério Público Federal, a elaboração de projeto executivo da obra de construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e a manutenção administrativa e operacional das 32 unidades gestoras do órgão, envolvendo, entre outros, a aquisição de equipamentos de processamento de dados, de segurança e elétricos e de veículos e reformas e adaptações diversas.

3. A proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, tendo sido aprovadas, no caso dos órgãos do Poder Judiciário, pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Parecer de Mérito nº 0002516-71.2010.2.00.0000, de 18 de maio de 2010, cuja cópia acompanha esta Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 56, § 13, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010.

4. A medida ora proposta será viabilizada por meio de Projeto de Lei, à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, referente a Recursos Ordinários, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo os referidos órgãos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

5. Cabe ressaltar que parte das alterações orçamentárias envolvem emendas parlamentares, as quais contam com autorizações de seus autores, conforme Ofício nº 056/10/CD/JB-GAB, de 4 de maio de 2010, do Deputado Federal Jader Barbalho, Autorização do Deputado Federal Giacobbo, de 6 de abril de 2010, e autorização do Deputado Federal Hermes Parcianello, de março de 2010, referentes aos créditos da Justiça Eleitoral; autorização, de 14 de abril de 2010, do Senador Flávio Arns, e Ofício nº 19-P/2010 - CCJC, de 5 de maio de 2010, do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Federal Eliseu Padilha, referentes aos créditos do Ministério Público da União; Ofícios nº 055/10 - GDFM, de 31 de março de 2010, e nº 0013/2010 - GSPSG, de 7 de abril de 2010, no que concerne à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

6. Ressalta-se, ainda, que as alterações orçamentárias relativas à Presidência da República envolvem emendas parlamentares e contam com a autorização de seus autores, no termos dos Ofícios nº 55/10-GDFM, de 31 de março de 2010, e 0013/2010-GSPSG, de 7 de abril de 2010.

7. Esclareça-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) suplementam despesas primárias do Poder Judiciário com recursos de origem financeira, as quais foram consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre de 2010, de que trata o § 4º do art. 70 da LDO-2010, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 250, de 20 de maio de 2010, conforme demonstrado a seguir.

	R\$ milhões
<b>Poder Judiciário e Ministério Público da União</b>	<b>Valor</b>
A - Avaliação primeiro bimestre	7.294,5
B - Avaliação segundo bimestre	7.180,0
C - Limitação de empenho (Contingenciamento) inicial	346,0
D - Limitação de empenho (Contingenciamento) atual	471,1
E - Previsão de abertura de créditos adicionais - Relatório de Avaliação	10,5
de Receitas e Despesas do segundo bimestre	
F - Créditos aprovados e em tramitação	1,6

G - Margem para crédito (E-F)	8,9
H - Crédito atual	6,5

b) R\$ 64.503.457,00 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais) referem-se ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação suplementada;

c) R\$ 14.840.000,00 (catorze milhões, oitocentos e quarenta mil reais) contemplam despesas primárias do Poder Executivo à conta de recursos de origem financeira, as quais serão executadas dentro dos limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010; e

d) o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 2010, condiciona, no caso do Poder Executivo, a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

8. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo a esta Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2010, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, referente a Recursos Ordinários, apropriado parcialmente neste crédito.

9. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

#### DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO (Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	8.783.992.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	1.745.895.386
(C) Créditos Extraordinários	2.353.185.268
Abertos	2.353.185.268
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	3.319.287.950
Abertos	90.000.000
Em tramitação	3.207.947.950
Valor deste crédito	21.340.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	- 303.639.029
<b>(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)</b>	<b>1.669.262.425</b>
(A) Portaria STN nº 185, de 29 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010.	

**PARECER (ACÓRDÃO)**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI N° 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010) N°0002516-71.2010-2.000.0000**

**RELATOR : WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**  
**REQUERENTE : CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
**ASSUNTO : SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

**EMENTA:**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI N° 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010). Parecer favorável.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de créditos adicionais - suplementares e especiais -, formulada pelo CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, nos termos da Portaria SOP n° 5, de 17 de fevereiro de 2010, encaminhada por intermédio dos Ofícios PR N° 2010011150 de 08 de abril de 2010 e PR N° 2010011153 de 05 de abril de 2010, para emissão de parecer (Lei n° 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, art. 56, § 13 e art. 57, §§ 6° e 7°).

Os créditos solicitados, no montante de R\$ 529.176.417,00 (QUINHENTOS E VINTE E OITO MILHÕES, CENTO E SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS), cuja abertura depende de atos dos Poderes Legislativo e Executivo e da Secretaria de Orçamento Federal, referem-se a:

1) Remanejamento de fonte de recursos, da fonte 169 para a fonte 100, de créditos destinados ao pagamento de pessoal;

2) Crédito suplementar para atender despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado - precatórios e requisições de pequeno valor;

3) Crédito suplementar para a ação de Julgamento de Causas na Justiça Federal, para a Justiça Federal de 1° Grau, com recursos de convênios;

4) Crédito suplementar para a ação de Julgamento de Causas na Justiça Federal, para o TRF da 1ª Região, com recursos próprios arrecadados pelo Tribunal;

5) Crédito suplementar para a Justiça Federal de 1° Grau destinado à Assistência Jurídica a Pessoas Carentes;

6) Remanejamento de saldo de créditos de obras para a ação de Julgamento de Causas na Justiça Federal, na Justiça Federal de 1° Grau e TRF da 5ª Região;

7) Remanejamento de crédito na Justiça Federal de 1° Grau, da ação de Modernização de Instalações da Justiça Federal no Estado de Roraima para a ação de Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal de Boa Vista - RR; e

8) Crédito especial para a Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu Nota Técnica n° 1/DOR, de 27 de abril de 2010, analisando a solicitação e manifestando-se favoravelmente ao pleito, ressalvando não carecer de parecer do CNJ o remanejamento de fonte de recursos proposto, haja vista já haver autorização específica na LDO, art. 55, inciso III, para a realização desse remanejamento, por meio de Portaria do Secretário de Orçamento Federal. Propôs, ainda, que, em relação às requisições de pequeno valor da administração indireta, o parecer seja favorável ao atendimento do déficit projetado até o final do exercício, no valor de R\$ 2.592.399.768,18, e não somente ao valor de R\$ 500.000.000,00 ora solicitado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Conhecimento

Conheço da solicitação de créditos adicionais em exame. A proposta observou o art. 56, § 13° e o art. 57, §§ 6° e 7°, da Lei n° 12.017/2009 e a Resolução n° 68/2009/CNJ.

### 2.2. Mérito

#### PARECER

A solicitação foi adequadamente instruída com os quadros demonstrativos, discriminando-se os créditos pleiteados e os recursos oferecidos em compensação, cujos dados foram inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Foram observadas as Leis n°s 12.017/2009 (LDO 2010) e 12.214/2010 (Lei Orçamentária 2010). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

## 3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, inclusive em relação à necessidade integral para cobertura do déficit projetado pela Justiça Federal para as despesas com requisições de pequeno valor da administração indireta.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o parecer à SOF.

Brasília, 18 de maio de 2010.

  
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR  
Relator



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214, DE 28 DE JANEIRO DE 2010, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010.

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 12.000 - JUSTIÇA FEDERAL

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		AÇÃO SUPLEMENTADA / CANCELADA		AUTORIZAÇÃO NECESSÁRIA		SUPL. %		CANC.		R\$ 1,00
				Lei Específica		CND		DOT. INICIAL		
				TIPO DE CRÉDITO						
				130 - Suplementação sobre dotações autorizadas na LOA-2010, ou não previstas na LOA						
				CONTROLE GERADO PELO BODOR						
				447						
				</						

**PARECER (ACÓRDÃO)**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI N° 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010) N°0002516-71.2010.2.00.0000**

**RELATOR : WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**  
**REQUERENTE : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
**ASSUNTO : SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

**EMENTA:**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI N° 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010). Parecer favorável.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de créditos adicionais - suplementares e especiais -, formulada pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos da Portaria SOF n° 5, de 17 de fevereiro de 2010, encaminhada por intermédio do Ofício N° 1604-GDG, de 08 de abril de 2010, para emissão de parecer (Lei n° 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, art. 56, § 13 e art. 57, §§ 6° e 7°).

Os créditos solicitados, no montante de R\$ 633.193.673,00 (SEISCENTOS E TRINTA E TRÊS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS), cuja abertura depende de atos dos Poderes Legislativo e Executivo, referem-se a:

1) Crédito suplementar para pagamento de despesas de exercícios anteriores - passivos;

2) Crédito suplementar para o TRE - RR destinado ao atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado - cumprimento de débitos judiciais periódicos vincendos;

3) Crédito suplementar para os TRE do Pará e do Amapá, destinado ao atendimento de despesas com realização de concursos públicos, com receitas provenientes das inscrições nos respectivos concursos;

4) Crédito suplementar para despesas com a manutenção e operação dos partidos políticos, no âmbito do Fundo Partidário, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União no exercício 2009;

5) Crédito suplementar, para ajuste de programação, por remanejamento de dotações, envolvendo o TSE e diversos TRE (TRE-AL, TRE-BA, TRE-DP, TRE-MA, TRE-MT, TRE-MG, TRE-PA, TRE-PR, TRE-PE, TRE-RJ, TRE-RN, TRE-SE e TRE-TO); e

6) Crédito especial para obras, por remanejamento de dotações, envolvendo o TSE e diversos TRE (TRE-AC, TRE-AL, TRE-BA, TRE-CE, TRE-MA, TRE-MG, TRE-PB, TRE-PR, TRE-RN e TRE-SE).

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu Nota Técnica n° 1/DOR, de 27 de abril de 2010, analisando a solicitação e manifestando-se favoravelmente ao pleito, com as seguintes ressalvas em relação aos créditos solicitados, no valor de R\$ 612.746.377,00, para o pagamento de despesas com dívidas de exercícios anteriores - passivos:

1 - Embora pertinente, a solicitação referente às despesas com URV, R\$ 150.482.358,00, deve ser atendida no âmbito das tratativas em andamento entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

2 - A solicitação relacionada ao passivo denominado "Quintos", no valor de R\$ 389.534.177,00, envolve questão controversa, judicializada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual merece ser melhor apurada, devendo-se intimar o Tribunal Superior Eleitoral para que especifique, dentro do montante acima destacado, a natureza da despesa a ser realizada, o período a que se referem e a decisão administrativa na qual se amparam; e

3 - Do valor total solicitado, R\$ 72.729.842,00 referem-se a passivos que por suas naturezas não se enquadram nas situações acima, podendo ser atendidos nesta oportunidade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Conhecimento

Conheço da solicitação de créditos adicionais em exame. A proposta observou o art. 56, § 13º e o art. 57, §§ 6º e 7º da Lei nº 12.017/2009 e a Resolução nº 68/2009/CNJ.

### 2.2. Mérito

## PARECER

A solicitação foi adequadamente instruída com os quadros demonstrativos, discriminando-se os créditos pleiteados e os recursos oferecidos em compensação, cujos dados foram inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Foram observadas as Leis nºs 12.017/2009 (LDO 2010) e 12.214/2010 (Lei Orçamentária 2010). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

## 3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, excetuados os referentes ao passivo denominado "Quintos", no valor de R\$ 389.534.177,00, com relação aos quais determino a intimação do Tribunal Superior Eleitoral para que preste informações complementares.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o parecer à SOf.

Brasília, 18 de maio de 2010.

  
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR  
Relator

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010.**

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 14.000 - JUSTIÇA ELEITORAL

[illegible]

1-800-662-0000

4297

[illegible]



**PARECER (ACÓRDÃO)**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010) N°0002516-71.2010.2.00.0000**

**RELATOR : WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**  
**REQUERENTE : CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**  
**ASSUNTO : SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

**EMENTA:**

**PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010). Parecer favorável.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de créditos adicionais - suplementares e especiais -, formulada pelo CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, nos termos da Portaria SOF nº 5, de 17 de fevereiro de 2010, encaminhada por intermédio dos Ofícios CSJT.GP.SE.ASPO Nº 035/2010 e Nº 045, de 07 e 09 de abril de 2010, respectivamente, para emissão de parecer (Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, art. 56, § 13 e art. 57, §§ 5º e 7º).

Os créditos solicitados, no montante de R\$ 4.147.325.106,00 (QUATRO BILHÕES, CENTO E QUARENTA E SETE MILHÕES, TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL, CENTO E SEIS REAIS), cuja abertura depende de atos dos Poderes Legislativo e Executivo, referem-se a:

1) crédito suplementar para complemento da folha de pessoal dos tribunais Regionais do Trabalho;

2) crédito suplementar para pagamento de despesas de exercícios anteriores - passivos;

3) Crédito suplementar, com oferecimento de recursos compensatórios, para o atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado - precatórios - de órgãos da administração indireta nos TRT da 7ª, 13ª e 14ª Regiões;

4) Crédito suplementar para o atendimento de despesas com benefícios a servidores, insuficientemente dotadas no orçamento 2010;

5) Crédito suplementar para o atendimento de despesas com benefícios a servidores, decorrentes da admissão de novos servidores no exercício de 2010;

6) Crédito suplementar para o atendimento de despesas com benefícios a servidores, para viabilizar a concessão de reajuste no auxílio-alimentação e na assistência pré-escolar dos servidores do Justiça do Trabalho;

7) Remanejamento de crédito, no TRT da 7ª Região, da ação de Manutenção de Varas Itinerantes (localizador Crato-CE) para a ação de Apreciação de Causas na JT, para viabilizar despesas em todo o Estado do Ceará;

8) Crédito suplementar para restauração do prédio sede do TRT da 11ª Região;



9) Créditos suplementares nas ações: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (TRT-MG, RS, BA, PA, MA, GO e MT); Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (TRT-PE, SC, MA, ES, AL e MS); Construção do Edifício de Apoio ao TRT em Porto Alegre-RS; Construção do Edifício-Sede do TRT em Salvador-BA; Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa - PB; Manutenção de Varas Itinerantes na JT e Capacitação de Recursos Humanos (TRT-MA); e Construção do Edifício-Sede do TRT em Campo Grande-MS;

10) Crédito especial para Construção do Fórum trabalhista em Alagoinhas - BA; e

11) Crédito especial, por remanejamento de recursos, para Construção de Fórum Trabalhista e Paraupébas - PA, Ponta Grossa - PR e Foz do Iguaçu - PR.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu Nota Técnica n° 1/DOR, de 27 de abril de 2010, analisando a solicitação e manifestando-se favoravelmente ao pleito, com as seguintes ressalvas em relação aos créditos solicitados, no valor de R\$ 3.354.194.103,00, para o pagamento de despesas com dívidas de exercícios anteriores - passivos:

1 - Embora pertinente, a solicitação referente às despesas com URV e Complemento da Parcela Autônoma de Equivalência, R\$ 1.824.078.707,00, deve ser atendida no âmbito das tratativas em andamento entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

2 - A solicitação relacionada ao passivo, denominado "Quintos", R\$ 1.376.140.273,00, envolve questão controversa, judicializada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual merece ser melhor apurada, devendo-se intimar o Conselho Superior da Justiça do Trabalho para que especifique, dentro do montante acima destacado, a natureza da despesa a ser realizada, o período a que se referem e a decisão administrativa na qual se amparam;

3 - Do valor total solicitado, R\$ 153.975.123,00 referem-se a passivos que por suas naturezas não se enquadram nas situações acima, podendo ser atendidos nesta oportunidade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Conhecimento

Conheço da solicitação de créditos adicionais em exame. A proposta observou o art. 56, § 13 e art. 57, §§ 6º e 7º da Lei n° 12.017/2009 e a Resolução n° 68/2009/CNJ.



**2.2. Mérito****PARECER**

A solicitação foi adequadamente instruída com os quadros demonstrativos, discriminando-se os créditos pleiteados e os recursos oferecidos em compensação, cujos dados foram inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Foram observadas as Leis n.ºs 12.017/2009 (LDO 2010) e 12.214/2010 (Lei Orçamentária 2010). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

**3. CONCLUSÃO**

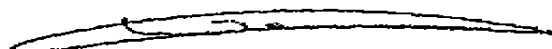
ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, com as ressalvas feitas pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, excetuados os referentes ao passivo denominado "Quintos", no valor de R\$ 1.376.140.273,00, com relação aos quais determino a intimação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para que preste informações complementares.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o parecer à SOP.

Brasília, 18 de maio de 2010.



WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR  
Relator



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010.

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 15.000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

UNIDADES ORÇAMENTÁRIA		AÇÃO SUPLEMENTADA / CANCELADA		AUTORIZAÇÃO NECESSÁRIA		PS 1.00	
				L4 Especificação			
				TIPO DE CRÉDITO			
				100 - Suplementação extra das limitações estabelecidas na LOA-2010, em razão das alterações			
				CONTROLE GERADO PELO SIOON			
				100001 10% 11% 12% 13% 14% 15% 16% 17% 18% 19% 20% 21% 22% 23% 24% 25% 26% 27% 28% 29% 30% 31% 32% 33% 34% 35% 36% 37% 38% 39% 40% 41% 42% 43% 44% 45% 46% 47% 48% 49% 50% 51% 52% 53% 54% 55% 56% 57% 58% 59% 60% 61% 62% 63% 64% 65% 66% 67% 68% 69% 70% 71% 72% 73% 74% 75% 76% 77% 78% 79% 80% 81% 82% 83% 84% 85% 86% 87% 88% 89% 90% 91% 92% 93% 94% 95% 96% 97% 98% 99%			
				QND		DOT. INICIAL	
						SUPL.	
						%	
						CANC.	
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	9.132.408	8.470.330	304,1%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	8.372.781	7.341.000	87,7%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	4.000.000	12.400.000	310,0%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	700.000	1.000.380	142,9%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	1.000.000	100.000.000	6667%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	21.448.364	1.933.985	9,1%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	1.000.000	246.000	18,3%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	1.000.000	1.251.480	84%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	2.000.000	1.750.000	87,5%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	18.000.000	3.143.360	20%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	2.822.007	300.000	11%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	1.000.000	1.000.000	100%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	20.870	21.413	92,7%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	40.000	90.301	150,8%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	8.065.148	300.000	2,7%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	500.000	3.893.378	778,7%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	460.000	230.000	50,0%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	9.490.331	2.735.000	28,9%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	600.000	1.000.000	166,7%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	1.138.000	738.818	65,1%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	8.041.100	1.000.000	12,4%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	800.000	417.500	52,1%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	323.549	481.881	148,9%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	7.880.308	543.790	6,9%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	741.872	2.064.300	278,2%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	8.490.000	12.400.000	144,9%
15100 - TRT RJ	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes			3	111.443.078	188.122.287	168,8%

Página 18 de 17

Portaria de Administração nº 10.000/2010, de 15 de maio de 2010.

Assinatura do Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assinatura do Presidente do Conselho Nacional de Justiça



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010.**

**ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 15.000 - JUSTIÇA DO TRABALHO**

[illegible]



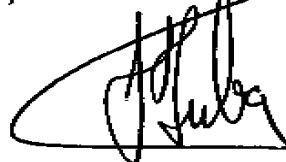


Mensagem nº 325

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 85.843.457,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 21 de junho de 2010.



## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:



- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

**LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas à reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

**§ 12.** Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

**Art. 57.** As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2010, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, serão submetidas ao Presidente da República, quando for o caso, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas, observado o disposto no § 9º do art. 56 desta Lei.

**§ 1º** Os créditos a que se refere o *caput* deste artigo, com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por atos, respectivamente:

I – dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II – dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dos Tribunais Superiores; e

III – do Procurador-Geral da República.

**§ 2º** Na abertura dos créditos na forma do § 1º deste artigo, fica vedado o cancelamento de despesas:

I – financeiras para suplementação de despesas primárias; e

II – obrigatórias, de que trata a Seção I do Anexo V desta Lei, exceto para suplementação de despesas dessa espécie.

**§ 3º** Aplica-se o disposto no § 7º do art. 56 desta Lei aos créditos abertos na forma deste artigo.

**§ 4º** Os créditos de que trata o § 1º deste artigo serão incluídos no SIAFI, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do SIDOR.

**§ 5º** As aberturas de créditos previstas no § 1º deste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, deverão ser enviadas ao Conselho Nacional de Justiça.

**§ 6º** As propostas de créditos suplementares dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, cujas aberturas dependam de ato do Poder Executivo, serão enviadas concomitantemente ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para emissão de parecer.

**§ 7º** O parecer a que se refere o § 6º deste artigo deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como forma de subsídio à análise das solicitações de créditos suplementares.

**§ 8º** O disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo não se aplica ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

**Art. 70.** Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

**§ 1º** O montante da limitação a ser promovida por cada órgão referido no **caput** deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2010, excluídas as relativas às:

I – despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes da Seção I do Anexo V desta Lei;

II – demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes da Seção II do Anexo V desta Lei;

III – atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2010; e

IV – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3, no montante previsto no art. 3º desta Lei, ou à conta de recursos de doações e convênios.

**§ 2º** As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo aplicam-se integralmente, no caso de a estimativa atualizada da receita primária, demonstrada no relatório de que trata o § 4º deste artigo, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

**§ 3º** Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação a que se refere o **caput** deste artigo, editarão ato, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que estabeleça os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

**§ 4º** O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no **caput** deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II – a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV – os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 5º Aplica-se somente ao Poder Executivo a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade seja identificada fora da avaliação bimestral, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira será efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no § 5º deste artigo, conterá as informações relacionadas no art. 69, § 1º, desta Lei.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º deste artigo será elaborado e encaminhado também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 9º O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º deste artigo no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

.....

**LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

**DECRETO 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

## ANEXO I

## PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000   Presidência da República	3.513.875	1.430.460	3.513.875	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102   Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114   Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
22000   Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000   Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	84.871	84.871	84.871	6.136.805	951.153	6.136.805
25000   Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000   Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
28000   Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000   Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000   Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000   Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000   Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	56.746	56.746	56.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000   Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000   Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	256.612	1.393.785
39000   Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000   Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000   Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	15.640	15.640	15.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000   Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000   Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.569	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000   Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000   Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000   Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000   Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000   Ministério do Turismo	4.181.620	209.599	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
55000   Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000   Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.875	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.635	14.797.237

58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000	Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460			1.277.804	718.460	1.277.804
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	172.757	1.897	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902	Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404			116.423	19.404	116.423
74903	Rec. sob Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667			10.000	1.667	10.000
74912	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	818	136			818	136	818
	<b>T O T A L</b>	<b>123.082.673</b>	<b>42.630.205</b>	<b>63.596.143</b>	<b>63.596.143</b>	<b>186.678.815</b>	<b>106.226.348</b>	<b>186.678.815</b>
	(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC							

(A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Passa-se à Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 3, de 2010-CN.

Discussão em turno único...

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, e as inscrições feitas para o debate, como prevê o Regimento do Congresso Nacional, na primeira meia hora?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Temos uma lista aqui. V.Ex<sup>a</sup> quer exigir que se faça isso antes da Ordem do Dia, ao meio-dia e meia?

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF) – Não quero exigir. Eu me inscrevi e gostaria de ter o direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Está inscrito para fazer uso da palavra o Deputado Eduardo Valverde. S.Ex<sup>a</sup> tem o prazo de 10 minutos.

Vou dar 10 minutos a cada um dos oradores que queiram falar.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Pois não.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra e gostaria que o Líder...

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA) – Eu imaginava que V.Ex<sup>a</sup> estivesse a caminho da tribuna. Nós todos temos grande prazer em ouvi-lo.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT-RO) – Muito obrigado. Meus cumprimentos ao Líder aqui presente.

Sr. Presidente, acho que é tempo de falar, de buscar acordo para o Congresso Nacional votar os créditos. Creio que seja a intenção do Líder do PSB com a nossa presença no Congresso Nacional, neste dia, nesta convocação, fechar acordo. Então, vou usar o meu tempo para que os Líderes possam chegar a um consenso.

Eu uso a palavra para externar minha preocupação com a paralisação das obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, principalmente da Usina de Jirau. Houve uma violenta manifestação dos trabalhadores, com depredação a cerca de 70 ônibus. O movimento fugiu ao controle do sindicato. Creio que, em parte, esse movimento tenha sido provocado por segmentos sindicais não muito afeitos à democracia.

Em resposta a isso, a Odebrecht, empresa majoritária no consórcio construtor, resolveu fazer um *lockout*, paralisou as atividades construtoras. Caso o

consórcio construtor, que tem a Odebrecht como principal membro, resolva manter o *lockout*, o cronograma de realização poderá sofrer um atraso significativo, e o Brasil precisa ter essa energia gerada.

Ontem, o Ministério Público do Trabalho, a Central Única dos Trabalhadores e representantes da empresa buscaram uma conciliação. Há descontrole gerencial no canteiro de obras. Temos de reconhecer que as condições de trabalho na construção de uma hidrelétrica nem sempre são as mais confortáveis, nem sempre são as melhores, mas, a ponto de haver uma depredação, isso nos preocupa. Pode haver a infiltração de segmentos contrários à construção da hidrelétrica, os quais têm se utilizado da insatisfação salarial dos trabalhadores para provocar uma reação e alcançar a paralisação. Há armazenadas na obra 30 mil toneladas de explosivos e, certamente, o descontrole existente no canteiro representa uma situação altamente perigosa.

Fazemos votos de que o consórcio construtor retome as atividades e mantenha o controle. Posso garantir que o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado de Rondônia e os trabalhadores terão maturidade para realizar as negociações.

Esse processo de revolta não foi provocado pelo sindicato. É isso o que nos causa estranheza. Trata-se de um movimento espontâneo de revolta, convocado por 80 pessoas, muitas das quais trazidas do Pará pela própria Odebrecht, uma federação meio fantasma que segue as grandes construções, muitas vezes financiadas pelo próprio empresário. Então, para ter em Rondônia um sindicato cativo, as grandes construtoras trouxeram do Pará uma federação meio fajuta, que está estimulando a revolta dos trabalhadores. Quero externar essa preocupação neste exato momento.

Eu sou um otimista em relação ao atual estágio por que passa o Brasil, que aponta que teremos um “pibão” em 2010. Esse estágio é fruto de uma concepção econômica cujo complexo hidrelétrico do Madeira serviria para fornecer ao Brasil a energia necessária para manter em funcionamento a sua economia. É esse um exemplo de como é possível fazer com que a economia cresça no País, que estava acostumado a viver em baixo dinamismo econômico e, quando crescia, era concentrando renda. Esta é a primeira vez na história republicana brasileira que o Brasil cresce com distribuição de renda e justiça social. E é essa matriz desenvolvimentista, que nem Getúlio Vargas teve, de que nem Juscelino Kubitschek chegou próximo, que o Presidente Lula implementou.

Difícilmente o candidato da oposição, José Serra, poderá fazer um discurso distinto, fazer algo diferente disso aí. O Brasil precisa continuar a crescer, a distribuir renda, a combater a desigualdade social, a enfrentar



os gargalos na nossa infraestrutura; precisa continuar a assumir seu papel internacional de liderança hemisférica, conseguir relações justas entre os países ricos e os países mais pobres. Esse é o papel protagonista que o Brasil está tendo em âmbito internacional. Certamente esse papel terá continuidade com o Governo da nossa companheira Dilma Rousseff.

Rondônia está sendo o Estado mais central da Amazônia e o Governo do Presidente Lula tem dado a ele condições de superar seu baixo IDH. No passado, éramos um Estado de periferia; agora, passamos a ser um Estado mais estratégico para esse desiderato que o Estado brasileiro quer, no sentido de ampliar suas negociações comerciais e diplomáticas com a América Latina.

Rondônia está sendo servida por uma infraestrutura energética do porte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, por rodovias, hidrovias e uma grande ferrovia, que vai cortar o Estado de Vilhena até Porto Velho, conectando-se com a hidrovía do Madeira. Todo o fluxo de carga do Brasil central, do Sudeste, que antes embarcava nos Portos de Santos e de Paranaguá, seguiria até Rondônia por esses 3 modais de transporte e alcançaria os portos do Pacífico e amplos mercados. É esse contexto macrorregional que coloca Rondônia como um Estado central. Estamos vendo seu futuro a partir de 2011.

Quem governar o Estado a partir de 2011 precisará ter a clareza de que o planejamento e a indução ao desenvolvimento, marcas do Governo do Presidente Lula, têm de ser implementados em Rondônia. Até agora o nosso desenvolvimento tem sido provocado de fora para dentro, em face das grandes obras do Governo Federal. Temos que fazer a nossa parte como rondonienses e reorganizar Rondônia, para que o próximo Governo possa planejar o desenvolvimento, induzi-lo e aproveitar a grande janela que se abre para o Estado com essa amplitude de mercado para as economias nacional e regional.

No dia 30, nosso partido concluirá sua convenção regional, homologando nosso nome como candidato ao Governo de Rondônia. Estamos preparados para colocar Rondônia nesse cenário de “empoderamento” macrorregional. Deixamos de ser um Estado de periferia. Hoje, somos um Estado estratégico para os desideratos de que o Brasil precisa, fortalecendo-se em âmbito regional, latino-americano e internacional.

Com essas palavras, Sr. Presidente, externalizo nosso otimismo com o futuro do Brasil neste momento muito rico. Pela primeira vez na nossa história recente, o Brasil tem um projeto político, um projeto de Nação. Esse projeto político e de nação é fruto da competência e da luta dos trabalhadores brasileiros, que pela

primeira vez colocaram na Presidência um operário, e pela primeira vez colocarão na Presidência uma mulher, com competência.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 31.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA. Questão de ordem.) – Sr. Presidente, há um equívoco por parte de V.Ex<sup>a</sup>. O tempo deferido pelo Regimento aos oradores é de 5 minutos. Ademais, proponho a V.Ex<sup>a</sup> e a todos os companheiros que a meia hora gasta à espera da sessão, que se iniciou depois da hora convocada, seja creditada a esta meia hora do Expediente. Estou preocupado, pois podemos avançar no horário destinado à Sessão Ordinária, que precisa ser realizada. Talvez fosse próprio passarmos à Ordem do Dia, depois, sobrando tempo, os ilustres Parlamentares poderão fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Foi isso o que eu propus. Como não houve nenhuma defesa à minha proposta, Deputado João Almeida, e a única defesa era para que V.Ex<sup>as</sup>. pudessem falar, eu inclusive propus aqui um tempo maior para que todos os Parlamentares pudessem expressar suas opiniões e dizer o que estão pensando para o País.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA) – V.Ex<sup>a</sup> pode gastar meia hora, mas que não seja mais de 5 minutos com cada Deputado, porque é assim que está no Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Como V.Ex<sup>a</sup> invoca o Regimento, vamos cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – O Deputado Rodrigo Rollemberg tem 5 minutos para usar da palavra. *(Pausa.)*

**O SR. GUILHERME CAMPOS** (DEM-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GUILHERME CAMPOS** (DEM-SP. Questão de ordem.) – Sr. Presidente, é flagrante a falta de *quorum*. Segundo o art. 29, § 2º, a qualquer momento podemos invocar a questão do *quorum* para esta sessão, e é isso que estou fazendo agora.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Um momento, Deputado Rodrigo Rollemberg, há uma questão de ordem pertinente sobre a sessão.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT-MG) – Sr. Presidente, só para...

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF) – Sr. Presidente, eu já estava com a palavra.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT-MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para tentar fazer um esclarecimento.

Quero argumentar com os Líderes Guilherme Campos e João Almeida que nós estamos tentando fazer um entendimento com os Líderes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputados Rogério Marinho e Eduardo Sciarra.

Nós faríamos a sessão do Congresso na próxima terça-feira, para que os entendimentos que já estão em andamento possam continuar fluindo; faríamos uma sessão hoje à tarde na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a votação de 2 a 3 PLNs, e na próxima terça-feira, os projetos aprovados na Comissão se juntariam ao PLN nº 3, para então fazermos sua votação.

Se nós não votarmos os PLNs na semana que vem eles perderão a eficácia, porque não se pode fazer mais nada depois do dia 3. Então, para nós do Governo não haveria mais interesse em realizar sessões. Perfeito?

O que nós gostaríamos de tentar entender é se é esse mesmo o encaminhamento sobre o qual havíamos dialogado, se é esse mesmo o acordo que podemos fazer. Se não houver entendimento, não há razão para convocar mais reuniões.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF) – Sr. Presidente, eu quero apelar a V.Ex<sup>a</sup>, que já havia me chamado para ocupar a tribuna, no sentido de que assegure minha palavra, enquanto os Líderes tentam chegar a um entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Deputado Rodrigo Rollemberg, V.Ex<sup>a</sup> pode usar a palavra pelo tempo de 5 minutos. Ao final, se não obtivermos nenhum entendimento, vou encerrar a sessão.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares...

**O SR. GUILHERME CAMPOS** (DEM-SP) – Deputado Rollemberg, só um segundo. Eu solicitei questão de ordem enquanto V.Ex<sup>a</sup> subia ao púlpito. Por favor, agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

Solicito que depois seja apreciada nossa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Será apreciada na sequência.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, quero agradecer ao Partido Socialista Brasileiro, ao PMDB, ao

PCdoB e ao PDT, partidos que, nas suas convenções realizadas neste final de semana, formalizaram o apoio ao meu nome e ao do Senador Cristovam Buarque como candidatos ao Senado, além do apoio ao companheiro Agnelo Queiroz como candidato a Governador. E as convenções nacionais desses partidos já haviam decidido pelo apoio à candidatura da ex-Ministra Dilma Rousseff à Presidência da República.

Neste final de semana, teremos ainda as convenções do PT, do PRB e de outros partidos que igualmente deverão formalizar o apoio à minha candidatura ao Senado. Sinto-me muito honrado de cumprir essa missão em momento difícil e delicado para o Distrito Federal.

Quero registrar que, ao longo de toda a minha vida pública, seja como Deputado Distrital, seja como Secretário de Turismo, seja como Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, seja como Deputado Federal, procurei servir da melhor forma possível ao Distrito Federal e ao País.

O Brasil está vivendo um momento excepcional da sua história. Está crescendo de forma sustentável, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, a pobreza, o desmatamento, e controlando a inflação. Infelizmente, Brasília não está aproveitando todas as oportunidades, o bom momento que o País oferece.

Tenho convicção de que a melhor contribuição que podemos dar ao Distrito Federal neste momento é construir uma agenda positiva, do futuro, que garanta a Brasília voltar a ser referência nacional em educação. Temos de implementar a educação em tempo integral; a educação infantil, a educação técnica e tecnológica e a educação superior que qualifiquem os nossos jovens. A UnB precisa estar presente em várias cidades. Brasília precisa ser referência nacional e internacional no que se refere ao polo de ciência e tecnologia e inovação.

Existem 2 projetos estratégicos para o Distrito Federal: o Polo de Tecnologia de Informação e o Parque Tecnológico de Biotecnologia. Eles precisam ser implementados com o esforço conjunto de toda a nossa população.

O nosso grande desafio, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, é em relação à saúde e à segurança. Brasília já dispôs de uma saúde pública de boa qualidade, e hoje a população sofre ao procurar um hospital público, tem dificuldade de marcar uma cirurgia, muitas vezes fica esperando meses. Falta o básico nos hospitais da rede pública do Distrito Federal.

Deve ser um compromisso de toda a classe política do Distrito Federal se unir – onde quer que esteja, no Senado, na Câmara, no Governo –, e buscar

recursos a fim de aperfeiçoar a gestão no sentido de garantir a melhoria da saúde do Distrito Federal.

Aos 50 anos de idade e 50 anos de Brasília, eu me sinto muito honrado em cumprir a missão de disputar uma vaga no Senado Federal. Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Parlamentares, eu peço a Deus todos os dias para que eu esteja sempre à altura da confiança da população do Distrito Federal.

Vamos continuar trabalhando para aperfeiçoar a prática política no Brasil. Fico muito honrado de ter contribuído para a aprovação do projeto de lei da transparência, do Projeto Ficha Limpa, e continuaremos trabalhando no sentido de aperfeiçoar o processo político em nosso País.

Fico muito grato, Sr. Presidente e Srs. Líderes, pela generosidade de me conceder a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Ainda estão em tratativas?

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – Há um Parlamentar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. É o último orador. Depois, eu vou tomar a decisão.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – Assim fica equilibrado.

**O SR. JOÃO ALMEIDA** (PSDB-BA) – Vamos encerrar a sessão, Sr. Presidente, não há *quorum*, é visível.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Parlamentares, no dia 12 foi lançado na Bahia, em Salvador, o candidato à Presidência da República pelo PSDB e os partidos coligados – o Democratas, o PPS e o PTB.

José Serra faz parte de uma geração que lutou contra a ditadura, contra o arbítrio; uma geração que impregnou neste País o nojo que temos pelas ditaduras e por seus respectivos ditadores.

No dia 19, foi lançado em Curitiba, no Paraná, o candidato ao Governo do Estado Carlos Alberto Richa, conhecido como Beto Richa, filho do grande Governador do Paraná, grande Prefeito de Londrina, Senador da República e Deputado Federal, José Richa, que é de uma geração que também combateu a ditadura, assim como José Serra, que chegou a ser na sua juventude, na década de 60, Presidente da União Nacional dos Estudantes.

Sempre um militante de esquerda e que impregna na política brasileira esse grupo maravilhoso de homens sérios, determinados, competentes, que procuraram no exílio estudar, para, quando chegasse a democra-

cia – e ela chegou com a luta de muitos brasileiros –, estarem preparados à altura.

Da mesma maneira, quando Serra era Presidente da UNE, nascia a geração de 60, que é a de Beto Richa, de Gustavo Fruet – filho do grande Parlamentar, homem público, ex-Prefeito de Curitiba e ex-Deputado Maurício Fruet, que também, com sua capacidade e preparo, foi integrante de uma geração de homens públicos preparada para governar o Paraná e para bem representá-lo.

Na mesma sintonia, com a capacitação técnica e política que usamos no combate à ditadura, quando conquistamos a democracia, fomos buscar a estabilidade econômica. Por muitos anos, lutamos pela estabilidade econômica. Veio a Assembleia Constituinte. José Serra e José Richa tiveram papel decisivo na conquista da Constituição Cidadã. Foi um momento de grande transformação, patrocinado por Mário Covas, Montoro, Richa e Serra. Eu tive a oportunidade de, naquela época, na condição de Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, também estar presente naquele momento de grandes mudanças.

Veio a estabilidade econômica que faltava com o Plano Real. Depois de inúmeros planos econômicos malsucedidos, conseguimos a estabilidade econômica graças ao Plano Real. Aprovamos ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tínhamos de combater a corrupção, o desgoverno, a incompetência administrativa e viemos em um crescente até chegar a este momento, às vésperas da eleição de 2010.

Quanto àqueles verdadeiros, legítimos brasileiros que construíram a democracia, a estabilidade econômica, com o combate à corrupção, o combate à incompetência, não perco de vista que a incompetência é tão danosa quanto a corrupção.

E nesse ponto se estabelece a candidatura de José Serra à Presidência da República. Sem dúvida, vai ser um governo de grandes avanços, de grandes conquistas. Podemos, sim, mais e melhor para o País. Não tenho dúvida de que a distribuição de renda, que não foi alcançada, um Brasil mais justo, mais solidário e fraterno vai ser alcançado com um novo governo para este País. E esse novo governo será conquistado com a alternância do poder, porque agora, sem dúvida alguma – e o povo é sábio –, é a hora da alternância do poder, depois de 8 anos do governo petista-lulista.

O PSDB, com o Democratas, o PPS e demais partidos aliados, promoverá a grande mudança de qualidade no nosso País. Não tenho dúvida da vitória de José Serra, candidato à Presidência da República, e de Beto Richa, ao Governo do Paraná.

**O SR. PEDRO WILSON** (PT-GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Tem V.Exª a palavra.

**O SR. PEDRO WILSON** (PT-GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, convido V.Exª e todos os Deputados para a cerimônia que se realizará às 18h no Plenário 9, que receberá o nome do Deputado Adão Pretto, que muito honrou esta Casa e o Estado do Rio Grande do Sul. É uma homenagem àquele Parlamentar, que se destacou na luta pela terra, pela reforma agrária, pelos direitos humanos. Por isso, a homenagem desta Casa.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exª, Deputado Marco Maia, aos Deputados Rafael Guerra e Michel Temer e a todos aqueles que aprovaram a proposta e permitiram que rendêssemos essa homenagem a um Deputado que simboliza a luta pela terra no Parlamento Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Muito obrigado, Deputado Pedro Wilson.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Tem V.Exª a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senador Tião Viana, Relator da LDO, há poucos minutos entregou, oficialmente, na Comissão Mista de Orçamento, o texto final da LDO. Hoje à tarde estará o referido texto disponível a todas as lideranças partidárias e àqueles que ainda tiverem interesse em, de alguma forma, aprimorar a LDO.

Enalteço o trabalho do Senador Tião Viana, que, há tempo e a hora, colocou o relatório à disposição de todos.

Estamos rigorosamente no prazo e queremos submeter o texto à votação, já na semana que vem, pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Guilherme Campos, devo informar a S.Exª que a hipótese não é a do art. 29, mas a do art. 137, que diz:

*“Art. 137. No plenário do Congresso Nacional, quando em apreciação matéria orça-*

*mentária, proclamado o resultado da votação em cada Casa, poderá ser solicitada a sua verificação, a pedido de qualquer parlamentar, apoiado por no mínimo 1/20 (um vinte avos) dos membros da respectiva Casa ou por Líderes que os representem”.*

Como está claro que não há *quorum* suficiente, vamos encerrar a Ordem do Dia, não votando a matéria que está sobre a mesa e, ao mesmo tempo, encerrar a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Pois não, Deputado Gilmar.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT-MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber das lideranças – Deputado João Almeida, Deputado Guilherme Campos – se há entendimento quanto à realização da sessão da Comissão Mista de Orçamento na terça-feira à tarde e no plenário, à noite, ou se não há mais acordo.

Consulto a Oposição.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falarei em nome do PSDB, apesar da presença do Líder.

Foi o que nós propusemos ao Líder Gilmar Machado, com a anuência do nosso Líder João Almeida: terça-feira à tarde, reunião da CMO e, à noite, sessão do Congresso Nacional.

**O SR. GUILHERME CAMPOS** (DEM-SP) – Sr. Presidente, da parte do Democratas, também estamos de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Está registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Está encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT-RS) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos desta sessão do Congresso Nacional.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 13 horas e 3 minutos.)*

# CONGRESSO NACIONAL

## ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 2010

(Publicada no **Diário do Congresso Nacional** nº 11, de 28 de maio de 2010)

### *RETIFICAÇÕES*

No sumário, 1ª coluna, na ementa do discurso do Deputado Luiz Couto,

Onde se lê:

“Posicionamento em defesa do retorno do Projeto Ficha Limpa ao Senado, para exame de dispositivo modificado pela Câmara dos Deputados.”

Leia-se:

“Posicionamento em defesa do retorno do Projeto Ficha Limpa à **Câmara dos Deputados**, para exame de dispositivo modificado **pelo Senado Federal**.”

---

No sumário, 1ª coluna,

Onde se lê:

“DEPUTADO *ROSINHA* – Crítica ao candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra.

Leia-se:

“DEPUTADO **DR. ROSINHA** – Crítica ao candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra.

---

No sumário, 1ª coluna, **substituir a ementa do discurso do Deputado Rogério Marinho por:**

**DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** - Críticas à política externa brasileira com relação aos países da América do Sul.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) <sup>4</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>3</sup> O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>4</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) <sup>15</sup>

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br) [www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup>Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup>Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup>Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup>Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup>Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup>O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup>Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup>Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup>Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup>Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup>Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup>Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup>O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup>Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

<sup>15</sup>Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo <sup>1</sup>

**Vice-Presidente:** Emanuel Fernandes

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> GUSTAVO FRUET <sup>2</sup> PSDB-PR	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

<sup>2</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 94 páginas

OS: 2010/13638